



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e
desigualdades**

AVANÇO NEOCOLONIAL E O ACIRRAMENTO DA LUTA DE CLASSES NO TERRITÓRIO YANOMAMI

AMANDA RAYZA BRITO DOS PRAZERES¹

DAVID YURI SOUTO AYRES²

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo compreender a natureza dos dilemas apresentados na atual conjuntura brasileira, no aspecto de crise humanitária do Povo Yanomami, marcada pelo acirramento das lutas de classe no território, provocada pelo avanço do garimpo em território indígena. Para realização deste estudo precede-se a pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-Chave: Cultura Autocrática; Desenvolvimento Desigual e Combinado; Povos Indígenas.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo comprender la naturaleza de los dilemas presentados en la actual situación brasileña, en el aspecto de la crisis humanitaria del Pueblo Yanomami, marcada por la intensificación de las luchas de clases en el territorio, provocada por el avance de la minería en territorio indígena. Para realizar este estudio se realizó una investigación bibliográfica y documental

Palabras-Clave; Cultura autocrática; Desarrollo Desigual y Combinado; Pueblos indígenas.

¹ Universidade Federal de Pernambuco

² Universidade Federal de Pernambuco



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

INTRODUÇÃO

O Brasil e o mundo, observaram de forma estupefata aos corpos famélicos e expropriados do Povo Yanomami³, que habitam a região norte do Brasil, no estado de Roraima. Em condições de desnutrição grave, principalmente entre crianças e idosos, no reflexo do alto índice de violência sexual entre mulheres e crianças e no avanço de epidemias como malária em território indígena, ocasionados pelo avanço do garimpo ilegal na região.

Dessa maneira, a crise humanitária Yanomami, continua sendo uma questão de reflexões profundas, em que após dois anos do decreto de crise, muitas comunidades continuam os processos de enfrentamentos contínuos, com problemas estruturais demarcados que afetam diretamente os aspectos culturais, sociais e de saúde-doença.

Neste sentido, este artigo visa refletir sobre as contribuições marxistas, através de uma análise da conjuntura atual de crise humanitária do Povo Yanomami e a centralidade dialética entre o moderno e arcaico, ao compreender que o processo de colonização pautado na escravatura moderna, teve fatores externos advindos do avanço contraditório ao processo de acumulação primitiva do capital com formações sociais particulares e articuladas internamente, que segundo Gorender, (1982):

O embrião da acumulação de capitais no país se processou por intermédio do “escravismo colonial [...] tendo este como a fonte da própria acumulação”. Teria sido, então o sistema colonial o processo de acumulação primitiva de capitais no interior do modo de produção escravista colonial? Eis uma nação parida e constituída pelo (e para) o desenvolvimento desigual e combinado capitalista. (MEDEIROS E BEZERRA (2019, p;31)

Historicamente a população indígena teve o direito à terra e às políticas públicas negados, atreladas ao “apagamento histórico” desses povos. Numa construção fincada numa classe dominante nacional que tem em seu viés a produção agrária, renda fundiária e a estrutura oligárquica no poder, que manifesta a concentração de poder econômico e político em torno dos grandes proprietários de terras, e na burguesia agrária⁴. À época da invasão do território hoje

³ Os ianomâmis, yanomâmis, yanoamas ou yanomânis são um grupo de aproximadamente 35 mil indígenas que vivem em cerca de 200 a 250 aldeias na floresta amazônica, na fronteira entre Venezuela e Brasil. Compõe-se de quatro subgrupos: yanomae, yanomami, sanima e ninam. Cada subgrupo fala uma língua própria: juntas, elas compõem a família linguística ianomâmi. Os Yanomami (que significa "seres humanos"), formam uma sociedade de caçadores-agricultores da Floresta Amazônica.

⁴ A burguesia agrária é formada e identificada como a classe dominante, aquela que possui os meios de produção, ou seja, a terra, os recursos naturais, o capital agrário, capital agroindustrial, capital agrocomercial, capital financeiro e se organiza através de grandes empresas capitalistas que administram direta e indiretamente a produção agrícola de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

chamado Brasil viviam mais de cinco milhões de indígenas pertencentes aos troncos linguísticos Jê, Tupi, Aruak e Caraíba eram mais de mil povos diferentes⁵.

Atualmente, segundo o último Censo IBGE (2022), habitam o território brasileiro aproximadamente 305 etnias falantes de mais de 274 línguas distintas, somando aproximadamente 1,7 milhão de indígenas, distribuídas em 505 Terras Indígenas e algumas áreas urbanas. Em 2022, o número de indígenas residentes no Brasil era de 1.693.535 pessoas, o que representava 0,83% da população total do país. Em 2010, o IBGE contou 896.917 mil indígenas, ou 0,47% do total de residentes no território nacional. Isso significa que esse contingente teve uma ampliação de 88,82% desde o Censo Demográfico anterior. (IBGE, 2022).

No Brasil, parte da história desses povos está atrelada a opressão, percas territoriais e culturais, que unificam a unidade “indígena”, enquanto um processo de movimento dialético, que aponta as contradições e produz uma identidade política comum entre esses diferentes povos, numa mesma luta. Luta pautada contra a expropriação capitalista, que avança de forma desenfreada até os dias atuais. O enfrentamento dos povos indígenas, parte pela afirmação de uma identidade que vai contra o modo de vida mercantil, que tem em sua gênese a diversidade étnica e cultural como marca. Todas essas questões tem um significado importante para pensar o movimento de acirramento da questão indígena no Brasil atual, e a crise humanitária do povo Yanomami, que aponta particularidades do movimento neocolonial e de avanço e acirramento do conservadorismo no Brasil. Deste modo, o artigo se encontra subdividido em três eixos 1). Observar a categoria escravidão no Brasil, a partir de reflexões pautadas nas leituras e aproximações com Gorender; 2). Análise histórica do Povo Yanomami e as Cosmovisões Contra Hegemônicas; 3). Analisar os movimentos contemporâneos de ataque ao Povo Yanomami e a atualização do desenvolvimento histórico desigual. Para realização deste estudo precede-se a pesquisa bibliográfica, referida através de autores como: Jacob Gorender, Florestan Fernandes e Trotsky.

1. Considerações sobre a Categoria Escravidão e os Povos Indígenas no Brasil

O debate de como se deu a inserção do Brasil no Modo de Produção Capitalista, pressupõe a necessidade da análise sobre a categoria escravidão, apontada pela contribuição de Jacob

monocultura e mantém um número considerável de trabalhadores assalariados, que sustentam o processo de acumulação e reprodução capitalista. (Barros, 2018).

⁵ Troncos e Famílias linguísticas: Povos Indígenas no Brasil Mirim. Fonte: Troncos e famílias linguísticas | Povos Indígenas no Brasil Mirim. Acesso em: 20/08/2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Gorender (2016), no entendimento dialético de que a escravidão, como uma categoria social, observa que o ser escravo, reside na condição de propriedade de outro ser humano, que se constitui numa propriedade viva.

Na sua condição de propriedade, o escravo é uma coisa, um bem objetivo, consideramos nossa propriedade o que está fora de nós e nos pertence. Nosso corpo, nossas aptidões intelectuais, nossas subjetividades não entram em conceito de nossa propriedade. Mas o escravo, sendo uma propriedade, também possui corpo, aptidões intelectuais, subjetividades – é em suma, um ser humano perderá ele o ser humano ao se tornar propriedade, ao se coisificar? (GORENDER, p.92. 2016)

Dessa maneira, a escravidão saiu da fase embrionária e mais ou menos acidental nas comunidades primitivas, ganhando na sociedade já dividida em classes, contornos definidos e institucionalizados, a tendência dos senhores de escravos foi vê-los como animais de trabalho, p. 93.

É importante observar que o modo de produção colonial designou ao processo de formação sócio histórica no Brasil, movimentos sociais e históricos que perpassam a atualidade, através da compreensão do modelo de plantagem⁶ e do processo de escravidão. Gorender, subdivide esses momentos em fases distintas que vão do período colonial a abolição da escravidão. Em processos caracterizados pela: 1) produção voltada ao mercado externo; 2) trabalho centralizado 3) economia agrária 4) nos processos de divisão de trabalho.

Gorender, segue ao compreender que o processo de plantagem escravista e as suas manifestações no Brasil tiveram uma organização voltada ao mercado externo e sua função específica, com profundidades ao processo de monocultura no Brasil e enfrentamentos entre os conflitos com a economia interna e natural.

No Brasil, não existiu um regime que se possa chamar de copropriedade da terra, em regime de tal ordem que o grande historiador português Armando Castro [...] não chama de propriedade, mas de domínio. Prefiro chamar de propriedade, dizer que ainda é propriedade, porque não há regime social sem uma forma de propriedade, mas aí se trata de uma copropriedade, porque o senhor da terra não tinha direito completo a ela, compartilhando-a com os camponeses vilões. [...] os senhores feudais não tinham a propriedade completa da terra, que era o meio de produção fundamental; eles só tinham o direito eminente sobre a terra, o direito de receber rendas, mas não podiam expulsar o camponês, fosse esse camponês um servo da gleba ou um enfiteuta, um titular de enfiteuse. Esse camponês, por sua vez, era um proprietário da terra parcial; subordinado, pagava uma renda, mas não podia ser expulso dela; podia transmitir a terra por herança, podia inclusive, vender a terra com a aquiescência do seu senhor eminente. É um regime territorial difícil de compreender para nós que vivemos num regime capitalista, onde a propriedade da terra é, por assim dizer, completa, absoluta, com restrições que a legislação vai introduzindo, mas nunca é uma copropriedade. Esse era o regime feudal, e isso nós não

⁶ É um tipo de sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão de obra escrava, modelo que foi muito utilizado na colonização da América.

tivemos no Brasil [...]. Por conseguinte, falar em feudalismo no Brasil é falar numa tese que não tem fundamento nos fatos empíricos da realidade fatural histórica. (1994: 23-4)

O processo de plantagens, caracteriza como se desenvolveu a propriedade privada de terras no Brasil, e modela as formações sociais e econômicas até os dias atuais. É possível observar, que não se tratou apenas da propriedade da terra, por si só, mas sim do movimento da grande propriedade mais a grande exploração (Caio Prado, Formação Social do Brasil Contemporâneo, p. 117) que deriva processos atuais e contemporâneos atrelados, ao acesso desigual da terra, como questão primordial a entender os conflitos existentes, na presença dos grandes latifúndios, nos acirramentos políticos regionais e econômicos ao processo de construção entre o rural e urbano no Brasil, no acirramento da violência, pobreza, deslocamentos compulsórios, e aspectos próprios que são chaves analíticas para compreender o desenvolvimento da Questão Indígena, no Brasil, e o processo de acirramento das lutas de classes:

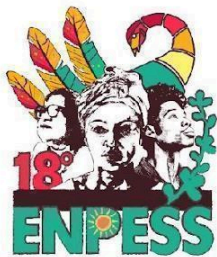
O modo de apropriação capitalista [...]. É a primeira negação da propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio. Todavia, a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Ela não reestabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre a base daquilo que foi conquistado na era capitalista, isto é, sobre a base da cooperação e da posse comum da terra e dos meios produzidos pelo próprio trabalho. (MARX, p.64. 2019)

As origens estruturais da questão agrária no Brasil têm início no processo e no “sentido da colonização”, nos interesses econômicos que fundamentaram o modelo econômico agroexportador. Ou seja: um modelo que garantia atividades econômicas básicas internas, produção de monocultura baseada em larga extensão de terra e trabalho escravo, com finalidades exclusivas para o mercado agroexportador. São séculos de violência e extermínio da população indígena nativa com vistas à garantia da organização da produção colonial. SILVA, (2020).

Na obra de Jacob Gorender, *Escravidão colonial*, ele apresenta de forma importante a relação do escravismo e as populações indígenas, no capítulo intitulado “formas de escravidão indígena”.

De maneira esporádica, as primeiras expedições portuguesas ao Brasil tomaram iniciativa de escravizar índios. Assim que se interessou pela colonização sistemática, a Coroa portuguesa desde logo legalizou a escravização dos aborígenes e o fez por intermédio das Cartas de Doação das capitanias hereditárias. Tendo contado, no século XVI, com escasso suprimento de africanos, os colonos do Nordeste se serviram amplamente dos trabalhadores índios como escravos nos primeiros engenhos. Nas regiões pobres, onde o cultivo de gêneros de exportação tardou em se desenvolver, o índio continuou sendo o escravo – predominante ou único – durante longo período. (GORENDER, 2016)

No desenvolvimento do capítulo, Gorender, desenvolve o processo da escravização indígena e aponta duas formulações: a de escravidão completa e incompleta ao observar a fonte e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

o contexto que se deu cada processo histórico dentre a correlação posta a escravidão indígena e as formas de acumulação capitalista, postas a época dessa maneira, a escravidão completa se caracterizava pela não restrição do processo, com a perseguição a população indígena num objeto de complicado jogo de interesses (GORENDER, p. 516; 2016)

Enquanto os colonos viam no índio somente o escravo, os jesuítas pretendiam catequizá-lo e submetê-lo inclusive ao domínio temporal da Companhia de Jesus. Uma vez que a escravização de indígenas concorria com a venda de negros e restringia seu mercado, os traficantes de africanos não deixariam de aprovar a orientação dos jesuítas, mesmo que o fizessem apenas tacitamente. Por sua vez, os jesuítas recomendaram de maneira explícita a introdução de africanos como meio de afastar os colonos da exploração dos índios, além do que a Companhia de Jesus encheu de escravos negros seus próprios estabelecimentos econômicos. (GORENDER, 2016)

Logo, o processo de escravidão indígena aconteceu atrelado a uma correlação de forças, que permitia a captura por meio de guerras autorizadas pela coroa portuguesa e originou um processo interminável e contraditório de legislações, cheia de ressalvas, restrições, justificativas, revogações e contra revogações. Mesmo após sua abolição formal e definitiva, no governo de Pombal, a escravidão aos povos indígenas não cessou. (GORENDER, 2016) Nessas aproximações e apontamentos que demonstram os processos de rompimento da relação dos povos originários com sua dinâmica e vivência com a terra, cultura e modo de vida atrelado ao trabalho massivo da escravidão, mortes por epidemias e outras relações de acirramento do modo de vida desses povos, se apresenta a importância de analisar a historicidade da formação social do Brasil e as marcas do período colonial aos povos indígenas desde então, no massacre e extermínio de todo um povo.

Gorender, afirma que a escravidão colonial determinou essencialmente todas as sociedades onde assumiu papel dominante. Portanto, a fundamentação de sua investigação no caso do Brasil deve-se também ao fato de ter sido aqui que a produção escravista colonial alcançou o mais acabado desenvolvimento - longevidade, espaço geográfico, variedade de produtos, número de cativos importados, influência na formação social, etc. (MAESTRI, 2005)

Nos próximos séculos, o processo de expansão de novas terras e de consolidação da colônia e depois do Brasil independente iria abranger outras regiões, como os sertões do Nordeste e Centro-Oeste e a Amazônia. Outras denominações de índios — Tapuias, Carijós, Manaós, Muras, Botocudos etc. — seriam novamente declarados como inimigos, ferozmente combatidos, expropriados de seus territórios, “pacificados” e distribuídos como escravos temporários e/ou colocados em aldeamentos. O instrumento fundamental e constante para a existência e a continuidade da colônia foi a extensão espacial e temporal de uma espécie de “acumulação primitiva” que, associada à criação de um mercado suplementar e desvalorizado de trabalho, nunca prescindiu efetivamente das guerras e das pilhagens, do genocídio e do uso sistemático de um sistema de discriminação e preconceitos que opera à semelhança de qualquer racismo. (OLIVEIRA, p.130. 2014)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

É importante frisar que de maneira ainda não detalhada o quanto o processo de escravidão colonial influencia o processo de formação social do Brasil e suas expressões na atualidade. Dessa maneira, no contexto contemporâneo é possível perceber as inúmeras estratégias políticas de genocídio dos povos originários no Brasil, no avanço da bancada ruralista, e do latifúndio Brasileiro através de projetos de leis pensados para inviabilizar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas; as investidas de grandes empreendimentos industriais e de infraestrutura sobre seus territórios; a exploração ilegal dos recursos naturais e toda a contaminação da natureza e dos conflitos armados a ela inerentes, os assassinatos por encomenda dos latifundiários que todos os anos ceifam vidas indígenas, principalmente as de suas lideranças; a grande cruzada das missões religiosa sobre a cultura, além da disseminação de uma ideologia racista que visa desqualificar as lutas dos povos originários e comunidades tradicionais, a negar suas identidades.

2. Povo Yanomami e as Cosmovisões Contra Hegemônicas

Os Yanomami são uma etnia de caçadores e agricultores da floresta tropical do Norte da Amazônia no Brasil, o território Yanomami, foi homologado em 1992 com o nome de Terra Indígena Yanomami, área que contempla uma região de 96.650 quilômetros quadrados no extremo norte da Amazônia, ao longo da fronteira com a Venezuela. E conta com uma população de aproximadamente 21.600 pessoas, repartidas em pouco menos de 260 grupos locais.

Segundo leitura, do livro “A Queda do Céu” de Davi Kopenawa⁷, o Povo Yanomami, tem em sua história uma cultura de abastecimento no pensar da segurança alimentar, via plantações, caça de animais e peixes. Tem o fluxo pensado no acesso de alimentos, garantia de sobrevivência e cuidado atrelado a arte da guerra e dos espíritos xapiri, espíritos encantados que vivem nas montanhas em território indígena é através do convívio e troca dos xapiri com o povo que é construída a relação étnica, social e cultural, que demarca e caracteriza a importância do Povo Yanomami para o Brasil.

Até o final do século XIX, o Povo Yanomami, só obteve contato com outros grupos étnicos, porém entre meados dos anos 1940 – 1960 na escalada das grandes expedições e avanços para demarcação de fronteira nos territórios Brasileiros, avanços das missões católicas e evangélicas e

⁷ Davi Kopenawa é escritor e líder político do Povo Yanomami.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de serviços institucionalizados e militarizados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI)⁸ que o movimento de abertura de fronteiras de forma regular entre indígenas e não indígenas começou, o que acarretou desde do primeiro momento uma série de surtos epidêmicos entre a população Yanomami. (ISA, 2005)

Ao firmar um movimento conhecido aos povos indígenas no Brasil, o movimento de tutela orquestrado por parte do Estado Brasileiro, que por um lado, “visava proteger as terras e as culturas indígenas” e por outro aplicava o movimento de transferência de terras e as destinava ao processo de manutenção da colonização, na imposição pela mudança dos seus modos de vida. (ISA, 2005), consolidando assim uma modalidade bem definida de intervenção estatal e laica, caracterizada por uma atitude de tutela (OLIVEIRA, 2014).

A tutela é uma forma de dominação marcada pelo exercício da mediação e ancorada no paradoxo de ser dirigida por princípios contraditórios que envolvem sempre aspectos de proteção e de repressão, acionados alternativamente ou de forma combinada segundo os diferentes contextos e os distintos interlocutores. Os missionários, à diferença dos colonos, não defendiam a pura e simples escravização dos indígenas. Por um lado, obedeciam à Bula Papal, que dizia que os nativos do novo mundo efetivamente possuíam alma e não deveriam ser transformados em escravos; por outro lado, consideravam os autóctones como a mão de obra fundamental para a riqueza e o desenvolvimento da colônia. Isto exigia um controle rígido sobre eles, incluindo o aprendizado de novas técnicas e habilidades, as quais lhes permitiriam servir. (OLIVEIRA, p.130. 2014)

Os processos de abertura do território indígena Yanomami, se deu primeiro pela criação de um trecho da Perimetral Norte ao sul das terras Yanomami em 1973 e, passados dez anos de trégua, com a irrupção de uma corrida pelo ouro sem precedentes em 1987. A construção da estrada foi abandonada em 1976, e a invasão dos garimpeiros, relativamente contida a partir de meados da década de 1990. Entretanto, as intensas atividades de garimpo foram retomadas nestes últimos anos e, além disso, a integridade da Terra Indígena Yanomami sofrem processos contínuos de novas ameaças, tanto de grandes corporações mineradoras como da frente agropecuária local, interessadas em expandir suas atividades no oeste do estado de Roraima. (ISA, 2005)

Parte desse contato, acarretou uma série de perdas geográficas, demográficas, de degradação sanitária e ambiental, além do processo de desestruturação social de toda uma etnia, segundo Davi Kopenawa, sobre o processo de desestruturação social e cultural desse período, ele diz:

⁸ O serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi criado em 1910 e operou em diferentes formatos até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que vigora até os dias atuais, mas no dia 01/01/2023 passa por mudanças no reconhecimento e aldeamento do processo político e atualmente se chama Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nossos ancestrais habitavam as nascentes dos rios muito antes de os meus pais nascerem, e muito antes do nascimento dos antepassados dos brancos. Antigamente, éramos realmente muitos e nossas casas eram muito grandes. Depois, muitos dos nossos morreram quando chegaram esses forasteiros com suas fumaças de epidemia e suas espingardas. Ficamos tristes, e sentimos a raiva do luto demasiadas vezes no passado. As vezes até tememos que os brancos queiram acabar conosco. (KOPENAWA, 2015)

Na atual conjuntura, a lógica liberal e fascista, aponta o desprezo a diversidade dos povos originários, e subdivide os corpos matáveis na ordem da acumulação de mais lucros. Observa –se o desprezo a toda dinâmica contrária a dinâmica de acumulação, onde o “capital humano”, é mercantilizado, e se distribui valor aos corpos, atreladas a formas de padrão de consumo, renda, classe, gênero, etnia ou raça. Na vigência do capital financeiro o objetivo final é a concorrência pelos padrões de acumulação cada vez mais exorbitantes. Diferente do pensamento global financista, os Yanomami demarcam, seu processo histórico e se contrapõe ao modelo hegemônico:

Hoje, os brancos acham que deveríamos imita-los em tudo. Mas não é o que queremos. Eu aprendi a conhecer seus costumes desde a minha infância e falo um pouco a sua língua. Mas não quero de modo algum ser um deles. A meu ver, só poderemos nos tornar brancos no dia em que eles mesmos se transformarem em Yanomami. Sei também que se formos viver em suas cidades, seremos infelizes. Então, eles acabarão com a floresta e nunca mais deixarão nenhum lugar onde possamos viver longe deles. Não poderemos mais caçar, nem plantar nada. Nossos filhos vão passar fome. Quando penso em tudo isso, fico tomado de tristeza e de raiva. (KOPENAWA, 2015)

É com este pensamento distinto ao governo liberal-fascista no Brasil, que o acirramento da luta de classes se desenvolve na atualidade, numa política de Estado pensada para a eliminação e genocídio do Povo Yanomami, que através do movimento de expropriação continuada facilitaria o objetivo de entrada e a posse de seus territórios para exploração do ouro.

Mesmo que isto custasse um custo social e ambiental, na morte de dezenas de famílias, animais e biomas. A ausência de políticas públicas efetivas, direcionadas ao povo é parte de um processo de genocídio contínuo. A exposição da etnia Yanomami, a processos de violência sexual e física, a presença de metais como mercúrio nas suas águas e terras acarreta processos de insegurança alimentar e desnutrição grave, o grande número de exploração e desmatamento pela entrada do garimpo, ocasionou também o avanço de algumas epidemias como: malária, pneumonia e COVID-19, como parte de um processo de extermínio apoiado pelo Estado Brasileiro.

Parte desse confronto é demarcado, pelas distintas experiências culturais dos Povos Yanomami, em convergência a ganância de parte da burguesia nacional e internacional nos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

territórios indígenas, numa tendência incontrolável de expansão do capital. Dessa forma, o modo de produção capitalista estrutura-se, desde a acumulação primitiva como processo histórico que resulto na apartação dos produtores diretos dos meios de produção e na constituição desses meios de produção e subsistência, os quais passaram a ser acumulados privadamente como capital. É através dessa linha de raciocínio que Marx, afirma:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2013)

Essa condição não se esgotou na origem do sistema capitalista; ela prevalece, como afirma Fontes (2010, p. 45): “as expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofundam-se e generaliza-se com a expansão capitalista”. Essa característica própria do modo de produção capitalista aprofunda-se diante da crise do capital, vivenciada desde a década de 1970. Essa crise possui seu caráter mundial pela própria estrutura mundializada do capitalismo, imprimindo-lhe uma abrangência planetária e, ao mesmo tempo, expondo as contradições da dinâmica da acumulação (MOTA, 2012).

A subalternização da natureza em relação aos interesses do capital, é explicada pela tríade expropriação-apropriação privada-mercadorização, que exprime a dinâmica própria da supercapitalização e a tendência do capital de mercantilarizar tudo o que existe, em favor da acumulação. Podemos afirmar com os autores que “[...] a natureza do capitalismo é capitalizar a natureza”. (SILVEIRA E SILVA apud AGUIAR; BASTOS, 2012, p. 87). Em contrapartida, os povos indígenas imprimem um pensamento distinto de modos e condições de vida, que ao observar a terra, natureza, floresta e águas, apontam nela a relação de cuidado e de propriedade para além da acumulação. Segue, as palavras de Kopenawa:

Para nós, povos originários, que há mais de 522 anos estamos morando lá, naquela região, a floresta é uma vida que a natureza criadora deixou para o povo Yanomami. Omama é nosso Deus, Omama plantou a floresta, os rios, terra, alimento, para o povo Yanomami viver em paz. A gente usa a terra para trabalhar, caçar, usa como saúde. A terra sustenta a nossa alimentação. Sem a terra, não tem alimento. Sem a água, vamos morrer de sede. Sem a floresta, não tem fruta, castanha, buriti, açai. A terra é feita para o povo que mora lá há muitos anos. É um território que nós conquistamos, o governo não deu. Muita gente está de olho na Terra Yanomami como se fosse mercadoria, em busca de ouro, madeira, terra

boa, soja, gado. É por isso que o mundo inteiro está de olho. Se a terra não fosse rica, o governo não olharia para mim. Isso também é muito perigoso para mim, porque as autoridades estão interessadas em tirar riqueza de onde os Yanomami estão morando. A terra é vida, o lugar onde nós nascemos, onde vamos morrer, onde nossas gerações vão continuar. É uma casa para o povo originário. (KOPENAWA, 2013)

O povo Yanomami, manejam mais de 160 espécies vegetais comestíveis, as chamadas Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS), pescam cerca de 50 espécies distintas de peixes, coletam mais de 30 variedades de mel, 11 espécies de cogumelo e tem em seu manejo o cultivo de banana, mandioca, batata – doce, taioba, cará, cana e milho como parte da sua diversidade, que hoje, se encontra em estado de calamidade pública nacional e internacional num movimento que há mais de 500 anos continua expropriando vidas, culturas e sujeitos no Brasil do arcaico e moderno. (ISA, 2005)

3. A crise Humanitária do Povo Yanomami e o Caráter Desigual e Combinado do Capitalismo Brasileiro

O cenário atual de crise pública, social e sanitária que atualmente vivem os povos Yanomami, é um reflexo das políticas anti – indigenistas do Estado Brasileiro, fincadas na estrutura colonial pela burguesia agrária, nas palavras de Florestan Fernandes, 1975.

O arcaico e o moderno nem sempre entram em choque decisivo, que termine com a eliminação das estruturas repudiadas; estabelecem-se várias espécies de fusões e de composições, que traduzem os diferentes graus de identificação dos homens com a herança tradicional e com a modernização. (FERNANDES)

Neste sentido:

No último quartel do século XIX, porém, manifestou-se um processo que iria estabelecer uma dissociação "mais profunda, afetando o núcleo das relações de produção (primeiro, ao nível da continuidade e da produtividade do trabalho escravo; mais tarde, no plano da administração e da gestão). A pressão do mercado mundial sobre os custos sociais da produção agrária atingiram, então, o arcabouço da economia escravista. Essas pressões, vistas superficialmente, punham em causa o custo e a produtividade do trabalho escravo. Pelo menos foi assim que os fazendeiros de café, na ânsia de preservar o status senhorial, tentaram interpretar e explicar o que sucedia. As adaptações econômicas desenvolvidas tendiam a aumentar a capitalização da grande lavoura.

Logo, a extração colonial ou neocolonial de riquezas naturais não foi capaz de eliminar as relações de servidão e dependência externa. A república se constituiu sobre princípios liberais e burgueses, o capitalismo dependente e subdesenvolvido no Brasil, é um capitalismo selvagem, cujo a viabilidade parte por terrenos e disputas políticas, numa combinação de expropriação e autocracia (FERNANDES, 2005). A autocracia burguesa é decorrência, portanto, da própria



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estrutura compósita da sua burguesia brasileira, cujos objetivos se limitam a manter ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, e impedir que a dominação e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore. (FERNANDES, 2005).

A herança posta pelo governo Bolsonaro, se manifesta na atualização e fortalecimento do capital – imperialismo e neoliberalismo, na expansão da autocracia burguesa, no fortalecimento brutal da exploração e genocídio de indígenas no Brasil. Através do aporte, para projetos de leis que defendem a mineração em territórios indígenas, são contrários ao marco temporal e ao processo de demarcação e reconhecimento de terras indígenas. Processo de uma herança colonial fincada na burguesia agrária, que nasce da exploração de mão de obra escrava indígena. Que demonstra esse movimento, em falas como a da liderança indígena Davi Kopenawa:

O meu sentimento não vem de hoje. Quando eu era pequeno, nos meus 10, 11 anos, comecei a sofrer com a chegada do homem branco. O que acontece agora, 2023, é muito ruim para mim, para todo o povo Yanomami. O sentimento é de luto. Estou de luto por causa dos nossos filhos, nossas filhas, nossas netas, nossos irmãos e irmãs. Todos estão contaminados. O garimpo está lá nas florestas, destruindo os igarapés, cavando buraco, deixando a água suja, matando peixe e usando mercúrio. Mercúrio é uma doença. Há sete anos, eu venho denunciando e avisando ao governo federal, ao Ministério Público, à Funai e outros parceiros que trabalham com meu povo Yanomami. Tem 60 mil a 70 mil garimpeiros no território. Eles estão junto com autoridades, deputados, senadores, que financiam e apoiam a obra do garimpo. É por isso que ficou muito ruim, e a doença está lá hoje. Antigamente, não tinha tudo isso. Antigamente, era um lugar sadio, com beleza, porque não tinha garimpo. Agora que o garimpo está lá, contaminou a água e nosso sangue, pela doença da malária.

O que evidencia o caráter de classe, que demarca essa disputa. O bolsonarismo atrelado aos grandes latifundiários e conectados com os projetos da extrema direita para continuidade do movimento de exploração em territórios indígenas, tendo vista o processo de acumulação de bens materiais e naturais, em nome do rito da acumulação.

Segundo, a ministra dos Povos Originários, Sônia Guajajara, rastros do genocídio atrelado ao garimpo se materializam em números preocupantes: *“Um dado público é que nos últimos 4 anos, 570 pessoas Yanomami morreram decorrente da contaminação por mercúrio por conta do garimpo ilegal. Agora, na casa de atenção à saúde indígena, tem 715 indígenas Yanomami em desnutrição absurda, animais ribeirinhos, há o gravíssimo caso de poluição dos rios e conseqüentemente dos peixes pelo contato com o mercúrio usado no processamento de retirada do ouro dos cascalhos e areias recolhidos”* – SIC.

Esse movimento, parte do conceito formulado por Trotsky de desenvolvimento desigual e combinado, que explica que o desenvolvimento de países como o Brasil, se dá de forma desigual, atreladas as forças econômicas externas. Num processo de adentramento do capital financeiro internacional ligada a burguesia nacional, que reproduz ciclos de desigualdades, sejam esses



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

territórios, econômicos, políticos e culturais. Entre a convergência de regiões desenvolvidas, e em paralelo reforça a economia agrária e arcaica, que reproduz desigualdades para o consumo do capital internacional Trotsky empregava o conceito de desenvolvimento desigual e combinado para explicitar que nos países de capitalismo atrasado, o desenvolvimento do país se dá de forma extremamente desigual. Como é feito de “fora para dentro”, ou seja, por uma força econômica externa que é a exportação de capital dos países imperialistas, essa associação do capital financeiro. O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada [...] a uma combinação original das diversas fases do processus histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo e combinado. (Trotsky, 1977).

Os esforços para atual crise humanitária, precisam estar associados a ruptura de movimentos liberais e arcaicos. E nesse sentido, os Yanomami assim como outros povos originários podem nossos interlocutores no processo revolucionário, o “futuro é ancestral” por força de tornar possível a preservação da vida no planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões pautadas neste artigo, buscaram apreender as particularidades atreladas a formação social do Brasil, e o impacto da colonização atrelada a constituição dos movimentos da atualidade como expressão do movimento de crise humanitária ao povo Yanomami no Brasil.

É visível, o avanço no período da redemocratização, assim como as lacunas presentes na manutenção dessas conquistas, porém, no atual contexto marcado pelo avanço do conservadorismo e da barbárie, sob gestão do ex-presidente Bolsonaro que afirmou em sua campanha em 2018, que “Não irá demarcar um centímetro quadrado a mais de terra indígena”. Parte, desse movimento caracteriza o processo de autocracia burguesa, firmada na regressão dos avanços, numa ideologia idílica e racista, em que anuncia que os indígenas precisam ser “emancipados” para, entre outras coisas, eles possam ter suas terras exploradas, através de projetos de leis pensados por setores do agronegócio, mineradoras e garimpos, contra os povos indígenas.

A luta dos povos indígenas contra as ofensivas de apropriação privada de seus territórios e dos recursos naturais é uma luta global de todos, homens e natureza. Por fim, este artigo evidencia o processo histórico, enquanto uma análise pertinente que se fundamenta através do modo de produção capitalista, formação social e marcos históricos, atrelada aos contínuos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

processos de expropriação, e a relevância desse debate para além de uma temática e sim, uma categoria de análise, ao observar as particularidades da questão indígena no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto do; BILAR, Jenifer Araújo Barroso Bilar. **A Questão Indígena no Brasil: um debate necessário na profissão**. Revista em Pauta: Rio de Janeiro (RJ), n. 46, v.18, p.180-195, 2020.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Saúde Indígena: um direito constitucional** / Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Saúde Indígena. - Brasília: Ministério da Saúde. 2020.

CARDOSO, M. L. **Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CARVALHO, K. **Autocracia burguesa e a práxis revolucionária de Florestan Fernandes**. Rev. Katálysis nº24. 2021

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio e Interpretação sociológica**. 5º ed. São Paulo: Globo, [1975] 2006.

GARNELO, L.; MACEDO, G. e BRANDÃO, L.C. **Os povos indígenas e a construção das políticas de saúde no Brasil**. Brasília: OPAS, 2003.

GORENDER, J. **O escravismo Colonial**. 6ºed. São Paulo, Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

ISA. Povos Indígenas do Brasil – Yanomami. Disponível em: < **Yanomami - Povos Indígenas no Brasil** (socioambiental.org) > acesso em: 15/08/2024

ISA. **Garimpo ilegal na terra Yanomami cresceu 54% em 2022 aponta Hutukara**. Disponível em: < Garimpo ilegal na Terra Yanomami cresceu 54% em 2022, aponta Hutukara | Instituto Socioambiental > acesso em: 15/08/2024

LOWY, M. **“A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”**, in: Ver. Outubro, n. 1. 1988.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro II**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. **Os despossuídos**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017 TROTSKI, L. História da revolução Russa, v.1, Rio de Janeiro: Saga, 1977.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PONTES, A. L. et al. **Diálogos entre indigenismo e reforma sanitária: bases discursivas da criação do subsistema de saúde indígena.** Revista Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 8, p. 146-159, dez 2019.

SILVA, E. C. A **INDÍGENAS PANKARARU NO SERTÃO DE PERNAMBUCO: vida, deslocamentos e trabalho.** 2020. Tese apresentada no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020.

SILVA, E. C. A. **Conservadorismo, bancada ruralista e indígenas.** Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

SILVA, Ivone Maria Ferreira. Da. **Questão Social e Serviço Social na Formação Sócio - Histórica Brasileira.** Revista Temporalis: Brasília (DF), ano 12, n. 25, p. 261-278, 20(MOTA, 2012).

KOPENAWA.D E ALBERT.B. **A queda do céu: palavras de uma xãma** 1.ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2015